

garantindo que todos tenham oportunidades iguais de concluir sua formação”, expõe.

## Desigualdade de gênero

Apesar de beneficiar mães e pais estudantes, a nova legislação afeta, em maior peso, as mães. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as mulheres, que representam 51,5% da população brasileira, segundo o Censo 2022, somam 21,3% das pessoas com ensino superior completo, contra 16,8% dos homens. Apesar disso, no mesmo ano, 53,3% delas estavam inseridas no mercado de trabalho, em comparação com 73,2% deles.

Ainda, a maior parte dos alunos de pós-graduação (54,54%) é formada por mulheres, de acordo com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) do MEC. No entanto, cerca de 30% delas abandonam os estudos de pós devido aos desafios de conciliar a vida acadêmica e a maternidade, afirma a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

As desigualdades entre os gêneros podem ser explicadas pela divisão no trabalho de cuidado, desempenhado majoritariamente por mulheres. De acordo com o IBGE, em 2022, elas dedicaram 9,6 horas semanais a mais do que homens aos afazeres domésticos e cuidados de pessoas — 21,3 horas contra 11,7 horas. Para Liliana Marquez, o desequilíbrio no trabalho de cuidado prejudica o crescimento profissional das mulheres e é um empecilho para a igualdade salarial.

“As mulheres frequentemente assumem uma parte maior das responsabilidades de cuidado, o que pode limitar seu tempo e sua energia para o desenvolvimento profissional. Essa desigualdade resulta em maiores taxas de abandono ou interrupção de carreira entre elas, prejudicando suas oportunidades de crescimento e promoção. Além disso, a dedicação maior ao trabalho de cuidado contribui para a manutenção da diferença salarial entre os gêneros. Aquelas que tentam conciliar carreira e maternidade, muitas vezes, enfrentam estigma e discriminação, o que pode dificultar ainda mais sua progressão profissional”, explica Liliana.

## Conciliação de rotinas

Yasmin Lacerda, de 23 anos, é estudante de medicina do 11º período na Faculdade de Ciências

Fotos: Arquivo pessoal



**Para além da gestação normal, pode haver intercorrências: tem o período de adaptação, tanto no pós-nascimento ou na adoção, e nos programas de graduação e pós-graduação há prazos a serem cumpridos”**

**Professora Dorinha Seabra,**  
senadora (União-TO)



**A lei reconhece institucionalmente as dificuldades enfrentadas por pais estudantes, o que pode melhorar o bem-estar e o engajamento acadêmico deles. Além de promover uma política mais inclusiva”**

**Liliana Marquez,**  
conselheira da OAB



Médicas da Paraíba e tem um filho de um ano. Ela conta que a maior dificuldade que enfrenta para conciliar os estudos com a maternidade é o gerenciamento do tempo, principalmente, no período de internato, no final do curso. Porém, ela conta com o apoio do esposo e dos pais, o que considera essencial para a continuidade de sua formação.

“Um bebê demanda muito cuidado, atenção e zelo, então, para você conciliar com uma faculdade de medicina, ainda mais no internato, isso demanda que você tenha uma rede de apoio para ter tempo de realizar os estágios e as demandas da faculdade. Você precisa se virar nos 30 para, no tempo livre, conseguir encaixar as tarefas.

Meu filho ocupa 90% do meu tempo, então, nos 10% livres, eu tenho que me dedicar ao máximo para fazer com que meus estudos sejam produtivos. Graças a Deus, tenho uma rede de apoio muito boa, meu esposo é um pai muito presente, e isso ajuda muito a dar continuidade aos estudos”, compartilha.

Yasmin desenvolveu o TCC quando estava grávida e relata que a rotina de produção do trabalho com a gravidez foi puxada, mas optou por não tirar licença-maternidade pelo atraso que teria na formação: “Se tirasse a licença, só iria me formar depois, e a faculdade puxa muito essa correria de ter que fazer as coisas logo, na intenção de não perder o curso”. Por sorte, seu filho,

Enzo, nasceu quando ela estava de férias do curso, facilitando a adaptação à nova rotina. Para ela, a lei que amplia o prazo para a formação de mães e pais teria lhe ajudado muito na época, caso estivesse em vigor.

Hoje, com o filho de um ano, Yasmin considera que a rotina está mais leve, mesmo com as demandas da faculdade, “até porque me adaptei à maternidade”. Ela pretende se formar e fazer residência, modalidade de ensino de pós-graduação destinada a médicos, buscando se especializar em neurologia.

## Igualdade

Políticas públicas voltadas para mães e pais estudantes

são importantes não só para a permanência na universidade, mas para promover um ambiente acadêmico e profissional mais igualitário para esses grupos, em especial, para as mulheres, que desempenham a maior parte do trabalho de cuidado, como defende a conselheira da OAB Liliana Marquez: “Essas medidas são essenciais para criar um ambiente em que mães e pais possam equilibrar suas responsabilidades familiares com seus objetivos acadêmicos e profissionais, promovendo uma sociedade mais justa e igualitária.”

**\* Estagiária sob a supervisão de Ana Sá**